



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 15, n.2, Jul./Dez., 2023

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 13.12.2022. Revisado por pares em: 10.04.2023. Reformulado em: 10.05.2023. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2023v15n2ID31053

Relato Integrado no setor público: o caso das Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

Integrated Reporting in the public sector: the case of Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

Reporte integrado en el sector público: el caso de Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

Autores

Thais de Souza Faria

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF-VR). Endereço: Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Atarrado - Volta Redonda - Rio de Janeiro - Brasil. CEP: 27.213-145. Identificadores (ID):
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1021-6705>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7543247398026130>
E-mail: tsfaria@id.uff.br

Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF-VR). Endereço: Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Atarrado - Volta Redonda - Rio de Janeiro - Brasil. CEP: 27.213-145. Identificadores (ID):
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3293-5647>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5674913410146340>
E-mail: rafacanedo14@gmail.com

Mariana Pereira Bonfim

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (UFF-VR). Endereço: Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Atarrado - Volta Redonda - Rio de Janeiro - Brasil. CEP: 27.213-145. Identificadores (ID):
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2339-0462>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6281056363283128>
E-mail: marianabonfim@id.uff.br

Mariana Azevedo Alves

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF-VR). Endereço: Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Atarrado - Volta Redonda - Rio de Janeiro - Brasil. CEP: 27.213-145. Identificadores (ID):

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5411-0545>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8249623485771857>

E-mail: a.marianaazevedo@gmail.com

José Mauro Madeiros Velôso Soares

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor do departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Endereço: Rua Barão de Capanema, Caixa D'Água, Capanema - Pará - Brasil. CEP: 55.146-434. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9277-8316>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0725748205605133>

E-mail: jose.mauro@ufra.edu.br

(Artigo apresentado no 19º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade - 2022)

Resumo

Objetivo: O objetivo desta pesquisa é analisar a implementação e elaboração do Relato Integrado (RI) nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa pública responsável pela produção de combustível nuclear para a geração de energia elétrica nas indústrias de Angra 1 e 2.

Metodologia: Para o alcance do objetivo proposto, foi realizada uma triangulação de três fontes de informação: inicialmente, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com preparadores do RI na instituição; em seguida, as respostas foram relacionadas com os dados presentes nas divulgações dos relatos da instituição, publicados nos anos de 2018, 2019 e 2020, desde que o Tribunal de Contas da União tornou obrigatória a emissão do RI para empresas públicas; posteriormente, as evidências foram comparadas com o *framework* do *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

Resultados: Os resultados apontam heterogeneidade na equipe de trabalho, cumprindo o orientado pelo IIRC. Percebeu-se também, domínio dos objetivos e conceitos correlatos ao Relato Integrado, especialmente sobre seu uso para gerar visão holística e integrada da instituição. Além disso, observou-se desafios ainda existentes na implementação, como o aumento no volume das informações apresentadas, tornando o documento menos conciso ao mesmo tempo que alguns tópicos não foram totalmente evidenciados, denotando aderência parcial à estrutura conceitual sugerida pelo IIRC.

Contribuições do Estudo: A pesquisa contribui com a literatura à medida que traz novos elementos sobre o uso do RI no setor público, agregando elementos que possibilitam acompanhar como se dá o estado empírico de sua inserção, o que contribui com a literatura sobre o tema. A experiência do INB é distinta de outras uma vez que sua atuação é específica, no setor energético e tecnológico, o que diferencia os resultados encontrados daqueles evidenciados em pesquisas realizadas anteriormente em outras instituições públicas. Ainda, sua característica de empresa pública, com interação com o mercado, torna sua experiência diferente no que tange às demandas informacionais dos usuários depositadas sobre as divulgações da organização.

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

Palavras-chave: Relato Integrado; IIRC; Indústrias Nucleares do Brasil; Empresa pública; Prestação de contas.

Abstract

Purpose: The aim of this paper is analyze the implementation and elaboration of the Integrated Report (IR) in the Nuclear Industries of Brazil (INB), a public company responsible for the production of nuclear fuel for the generation of electric energy in the industries of Angra 1 and 2.

Methodology: In order to reach the proposed objective, a triangulation of three sources of information was carried out: initially, semi-structured interviews were carried out with IR preparers at the institution; then, the answers were related to the data present in the disclosures of the institution's reports, published in the years 2018, 2019 and 2020, since the Federal Audit Court made the issuance of IR mandatory for public companies; subsequently, the evidence was compared with the framework of the International Integrated Reporting Council (IIRC).

Results: The results point to heterogeneity in the work team, complying with IIRC guidelines. It was also noticed mastery of the objectives and concepts related to the Integrated Report, especially about its use to generate a holistic and integrated view of the institution. In addition, challenges that still exist in the implementation were observed, such as the increase in the volume of information presented, making the document less concise at the same time that some topics were not fully highlighted, denoting partial adherence to the conceptual framework suggested by the IIRC.

Contributions of the Study: The research contributes to the literature as it brings new elements on the use of IR in the public sector, adding elements that make it possible to follow the empirical state of its insertion, which contributes to the literature on the subject. INB's experience is different from others since its performance is specific, in the energy and technology importance, which differentiates the results found with those evidenced in other studies previously. In addition, its characteristic as a public company, with interaction with the market, makes its experience different in terms of the informational demands of users deposited on the organization's disclosures.

Keywords: Integrated Reporting; IIRC; Nuclear Industries of Brazil; Public company; Accountability.

Resumen

Objetivo: El objetivo de esta investigación es analizar la implementación y elaboración del Informe Integrado (IR) en las Industrias Nucleares de Brasil (INB), empresa pública responsable de la producción de combustible nuclear para la generación de energía eléctrica en las industrias de Angra 1 y 2.

Metodología: Para alcanzar el objetivo propuesto se realizó una triangulación de tres fuentes de información: inicialmente se realizaron entrevistas semiestructuradas a los preparadores de RI de la institución; luego, las respuestas se relacionaron con los datos presentes en las revelaciones de los informes de la institución, publicados en los años 2018, 2019 y 2020, desde que el Tribunal de Cuentas de la Federación hizo obligatoria la emisión de IR para las empresas

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

públicas; posteriormente, se comparó la evidencia con el marco del International Integrated Reporting Council (IIRC).

Resultados: Los resultados apuntan a la heterogeneidad en el equipo de trabajo, cumpliendo con las directrices del IIRC. También se notó el dominio de los objetivos y conceptos relacionados con el Informe Integrado, especialmente sobre su uso para generar una visión holística e integrada de la institución. Además, se observaron desafíos que aún existen en la implementación, como el aumento en el volumen de información presentada, lo que hace que el documento sea menos conciso al mismo tiempo que algunos temas no fueron resaltados en su totalidad, lo que denota una adherencia parcial al marco conceptual sugerido por el IIRC.

Contribuciones del Estudio: La investigación contribuye a la literatura en tanto aporta nuevos elementos sobre el uso de RI en el sector público, agregando elementos que posibilitan acompañar el estado empírico de su inserción, lo que contribuye a la literatura sobre el tema. La experiencia del INB es diferente a otros ya que su desempeño es específico, en el sector de energía y tecnología, lo que diferencia los resultados encontrados con los evidenciados en otros estudios anteriores. Asimismo, su característica de empresa pública, con interacción con el mercado, hace que su experiencia sea diferente en cuanto a las demandas de información de los usuarios depositadas en los comunicados de la organización.

Palabras clave: Informes Integrados; IIRC; Industrias Nucleares do Brasil; Compañía pública; Rendición de cuentas.

1 Introdução

As divulgações corporativas têm sido modificadas ao longo do tempo para atender as necessidades dos usuários e das empresas que reportam as informações (Roychowdhury, Shroff & Verdi, 2019). Os usuários têm atribuído importância não só aos números contábeis, mas também a informações sociais e ambientais incluídas nas divulgações (Hughes, Anderson & Golden, 2001). Alinhando-se a esta demanda, surgem novas ferramentas gerenciais para a melhoria da comunicação com os *stakeholders*, com o intuito de evidenciar a geração de valor das empresas. A divulgação de ações institucionais, por meio de relatórios às partes interessadas, é uma forma de obter legitimidade organizacional, bem como a anuência da sociedade para manter suas atividades (Gonçalves, Anjos & Freitas, 2019).

Nesse sentido, os modelos de reporte organizacional sofreram mudanças significativas nos últimos anos em resposta às reflexões trazidas pela crise financeira global ocorrida em 2008, bem como à emergência de questões relacionadas à sustentabilidade e à discussão sobre impactos sociais (Nicolo, Zanellato, Manes-Rossi & Tiron-Tudor, 2021). Isso porque o debate gerou, como reflexo, a demanda das partes interessadas (*stakeholders*) por informações relacionadas à temática ambiental, social e de governança corporativa, cunhada, na literatura internacional, pelo termo ESG – *Environmental, Social and Corporate Governance* (Nicolo *et al.*, 2021).

Esta transformação na demanda informacional direcionada às instituições e o aumento do interesse na obtenção de informações financeiras e não-financeiras de forma integrada provocou mudanças institucionais nas formas de divulgação (Vitolla, Raimo & Rubino, 2019). Em resposta a este movimento, diversas organizações se ocuparam de divulgar informações de

ESG, por meio do preparo de relatórios de sustentabilidade e, posteriormente, de Relatos Integrados (De Villiers & Sharma, 2020).

O Relato Integrado (RI) é uma proposta de abordagem na construção de relatórios corporativos que propõe conectar informações de natureza financeira e não-financeira, de modo a comunicar sobre os diversos fatores que podem comprometer materialmente a capacidade da organização de gerar valor (IFRS, 2023). Seu *framework* foi oficialmente lançado em 2013, quando o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) publicou as diretrizes para sua elaboração (IIRC, 2013) e, desde então, tem sido aderido e discutido no âmbito privado, bem como no setor público (Biondi & Bracci, 2018; Caruana & Grech, 2019; Vitolla, Raimo & Rubino, 2019; Cerbone & Maroun, 2020; Favato, Neumann & Sanches, 2020; Galvão, Souza, Meurer & Machado, 2022).

No Brasil, 12 empresas participaram do programa piloto proposto pelo IIRC entre 2012 e 2013 (IIRC, 2014), sendo a sua adesão ao RI ainda voluntária, no modelo de “Relate ou Explique” (Sato & Ferreira, 2021). Por outro lado, a adesão no setor público brasileiro é obrigatória: desde 2016, empresas públicas e sociedades de economia mista são obrigadas a emitir Relato Integrado ou de sustentabilidade para fins de transparência (Brasil, 2016). Além disso, desde o exercício financeiro de 2018, todas as demais instituições públicas obrigadas a prestarem contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) receberam prerrogativa legal para elaborarem seu Relatório de Gestão dentro dos preceitos e orientações do RI (Brasil, 2018). O Relatório de Gestão é o principal instrumento do processo de prestação de contas e é entregue anualmente pelas instituições ao TCU (Brasil, 1992).

Já existem diversas pesquisas sobre reportes organizacionais e Relato Integrado (e.g., Argento, Culasso & Truant, 2019; Vitolla, Raimo & Rubino, 2019; Gerwanski, Kordaschia & Velte, 2019; Ribeiro, Vieira Neto, Cosenza & Zotes, 2020; Kiliç, Uyar, Kuzey e Karaman 2020), focados nas empresas participantes do Projeto Piloto (Abreu, Zaro, Luiz, Vicente & Van Bellen, 2016; Alves, Kassai & Lucas, 2017; Teixeira, Rech, Zanolla & Couto, 2021); na relação entre o uso do RI e desempenho financeiro (García-Sanchez, Martínéz-Ferrero & Garcia-Benau, 2019; Gonçalves, Anjos & Freitas, 2019). Em âmbito nacional, há também o enfoque nas empresas listadas na B3 (Peixoto & Martins, 2015; Ricardo, Barcellos & Bortolon, 2017; Gonçalves, Anjos & Freitas, 2019); ou, no caso de organizações públicas e autarquias, em estudos de casos específicos (e. g. Freitas & Freire, 2017; Favato, Neumann & Sanches, 2020; Cardoso, 2021; Galvão *et al.* 2022; Silva, 2023).

Apesar disso, poucos estudos ainda são identificados sobre a adesão, implementação e qualidade dos Relatos Integrados emitidos por empresas estatais, após a sugestão contida na Lei das Estatais e a obrigatoriedade imposta pelo TCU (e.g. Favato, Neumann & Sanches, 2020; Galvão *et al.*, 2022). A literatura prévia (e.g., Biondi & Bracci, 2018) alerta para a necessidade de investigação se o RI é utilizado no setor público como uma ferramenta capaz de atender aos propósitos de uma instituição pública. Até mesmo para instituições públicas estrangeiras, o tema ainda é incipiente e carece de empenho da comunidade acadêmica para não só pesquisar, mas também propor alternativas de melhoria da prestação de contas (Souza & Panhoca, 2020). Além disso, as pesquisas realizadas anteriormente, foram feitas em cenários diferentes, como universidades federais (Cardoso, 2021; Silva, 2023); empresas estatais estaduais (Galvão *et al.*, 2022), e empresas públicas que participaram do programa piloto (Favato, Neumann & Sanches, 2020), e que estão há muito mais tempo expostas aos princípios do Relato Integrado que as demais instituições.

Em face do exposto, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: **de que forma o Relato Integrado foi implementado e elaborado nas Indústrias Nucleares do Brasil S.A.**

(INB)? Dessa forma, o objetivo da pesquisa é analisar a implementação e elaboração do RI nas Indústrias Nucleares do Brasil, empresa pública responsável pela produção de combustível nuclear para a geração de energia elétrica nas indústrias de Angra 1 e 2.

A presente pesquisa se justifica do ponto de vista social pela necessidade de transparência, especialmente após os episódios em empresas públicas brasileiras, como os escândalos envolvendo Angra 3, pertencente à Eletrobrás, além do cenário político privatista, que exige a autossuficiência e geração de lucros, fato que tem modificado o planejamento estratégico de diversas companhias, inclusive a própria INB.

Essa pesquisa avança na literatura em três aspectos, da perspectiva de diferenciação dos cenários já estudados: primeiro, explora uma empresa distinta do cenário nacional, pois a matriz energética brasileira é predominantemente hidrelétrica, sendo incentivado o uso da energia eólica e solar por meio de programas de incentivo (Lima, Mendes, Mothé, Linhares, Castro, Silva & Sthel, 2020) e inclusive financiamento por bancos de gestão governamental (e.g., “CAIXA Energia Renovável”); segundo, o Brasil é considerado líder mundial em utilização de matriz renovável para geração de energia elétrica (Guerra, Dutra, Schwinden, & Andrade, 2015), contudo, o domínio de tecnologia nuclear é relevante pelo imediatismo de disponibilidade, confiabilidade e como alternativa segura, em um país com reservas de urânio e tório (Moreira, Tatei, Araujo, Ayoub, Seneda, Duque & Oliveira, 2019); terceiro, o fato de ser uma empresa pública e possuir interação com o mercado pode gerar incentivos diversos aos já estudados para a divulgação ou supressão de informações, com o Relato Integrado, sendo contributivo verificar se o comportamento do INB é consonante ou dissonante das experiências já analisadas, já que os resultados trazem avanço na literatura. Sendo assim, o trabalho investiga a qualidade da prestação de contas de uma empresa chave do ponto de vista estratégico da utilização da tecnologia.

2 Referencial Teórico

2.1 A Origem do IIRC e o Relato Integrado

A história mostra que crises financeiras são capazes de promover mudanças estruturais na forma como os negócios são geridos, bem como na maneira como as informações são apresentadas aos investidores, clientes e demais interessados (Nicolo *et al.*, 2021). Com o aumento da demanda por produtos e serviços mais sustentáveis e preocupados com o uso mais consciente dos recursos naturais, duas instituições renomadas no campo da contabilidade sustentável – *Accounting for Sustainability* (A4S) e *Global Reporting Initiative* (GRI) – criaram, em 2010, o IIRC (Abreu *et al.*, 2016). Com isso, esperava-se desenvolver uma nova abordagem de relatório corporativo que atendesse às recentes exigências de informações conectadas e integradas, articuladas às estratégias empresariais (Abreu *et al.*, 2016).

Após sua criação, o IIRC publicou, em 2013, o primeiro *framework* a ser adotado pelas empresas que quisessem utilizar a abordagem do RI (IIRC, 2013). Desde então, diversas organizações vêm implementando o modelo de variadas formas. Essa adesão também gerou questionamentos a respeito do nível de subjetividade envolvido na construção dos relatórios, dado seus direcionamentos abrangentes (Flower, 2015; Dumay, Bernardi, Guthrie & Demartini, 2016).

Dessa maneira, em consonância com os avanços das discussões relacionadas ao Relato Integrado e ao surgimento da necessidade do estabelecimento de padrões objetivos de divulgação de sustentabilidade, o IIRC se fundiu, em maio de 2021, ao *Sustainability*

Accounting Standards Board (SASB), gerando, então, uma nova organização: a *Value Reporting Foundation* (VRF). Em novembro de 2021, foi anunciado pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (Fundação IFRS), a criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), órgão responsável pela definição de padrões de ESG em relatórios (IFRS, 2021). Dessa maneira, em junho de 2022, a VRF foi consolidada ao IFRS, passando a fazer parte da fundação (IFRS, 2021).

Até a emissão do documento final intitulado *The International Integrated Reporting Framework* (A Estrutura Internacional para o Relato Integrado), o IIRC emitiu diversos documentos iniciais. Desde então, o IIRC consultou diversos grupos de interesses, que enviaram comentários e sugestões, para que, em 2013, após esboços e aplicação dessas respostas, o documento final pudesse ser consolidado, com a emissão do primeiro *framework* para elaboração do Relato Integrado (IIRC, 2013; Maciel & Cintra, 2015). Esse *framework* foi revisado pela VRF, consolidada posteriormente pela fundação IFRS, e a nova edição passou a estar vigente em 2022, no qual foram dados esclarecimentos adicionais em resposta aos questionamentos discutidos desde o lançamento da primeira versão, em 2013, mas sem alterações em sua estrutura (VRF, 2021).

Alves, Kassai e Lucas (2017) ressaltam que o *framework* do Relato Integrado estabelece princípios gerais norteadores na construção dos relatórios, que são: i) foco estratégico e orientação futura; ii) conectividade de informações; iii) receptividade das partes interessadas; iv) materialidade e concisão; v) confiabilidade e completude, e; vi) consistência e comparabilidade (VRF, 2021). Adicionalmente, o *framework* também apresenta 8 conteúdos fundamentais para que o RI contribua com a conectividade entre os conjuntos de dados, tornando-o relevante, além de orientar o agrupamento das informações em conjuntos de capitais, sendo eles: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural (VRF, 2021).

Ainda de acordo com o *framework*, a conectividade das informações é obtida através do pensamento integrado (VRF, 2021). Em seu guia para começar a transição para o pensamento integrado, a IFRS (2022) elenca a importância da promoção da colaboração multifuncional, de modo a evitar o fornecimento de informações divididos em silos.

O documento aponta duas formas de difusão da prática: de cima para baixo, onde a alta gestão impulsiona seus funcionários a tomarem decisões a partir do pensamento integrado; e de baixo para cima, onde equipes multifuncionais trabalham juntas de modo a estabelecer processos e práticas integradas, a serem apresentadas à alta gerência (IFRS, 2022). Nesse sentido, o RI, produzido através do pensamento integrado, auxilia na constatação a respeito da criação de valor e dos fatores que contribuem para a diminuição do mesmo (IFRS, 2022).

No entanto, apesar de elencar os princípios e questões norteadoras, o *framework*, não exige obrigatoriedade de índices de desempenho, métodos de mensuração e divulgação de assuntos específicos uma vez que, de acordo com Freitas e Freire (2017), o objetivo não era de criar um novo relatório e sim trazer um alinhamento das informações naqueles já existentes. Ainda, os Relatos Integrados têm de ser cautelosos quanto à divulgação, concisão, completude e equilíbrio no seu conteúdo (Melloni, Caglio & Perego, 2017).

Desde as primeiras discussões sobre a criação do RI, as empresas, por meio do envio de sugestões e respostas ao IIRC, já participavam ativamente e de forma voluntária na construção do citado *framework*. Bonadio, Oliveira, Neumann & Moraes (2017) relatam que após a criação do IIRC, o programa piloto criado pelo conselho contou com a participação inicial de mais de 75 empresas, de 23 países, que trocaram experiências para a elaboração de uma proposta inicial do *framework* e destacam a participação de 12 empresas brasileiras; são elas: AES Brasil,

BNDES, BRF S.A., CCR S.A., CPFL Energia, Fibria Celulose S.A., Grupo Segurador BB e MAPFRE, Itaú Unibanco, Natura, Petrobras S.A., Via Gutenberg e Votorantim.

A adoção do Relato Integrado por empresas privadas ainda é voluntária: as companhias decidem se há vantagem estratégica nos dados trazidos por este documento, especialmente aos investidores, mas também aos seus demais *stakeholders*. A exceção ao caso é a África do Sul, onde há obrigatoriedade na emissão do RI por todas as empresas listadas na Bolsa de Valores de Johannesburgo (Vitolla, Raimo & De Nuccio, 2018). Contudo, os preparadores relatam a existência de problemas provenientes de orientação inadequada e falta de clareza sobre o conteúdo, tamanho e formato do Relato Integrado, além do alto custo envolvido em sua elaboração (Chaidali & Jones, 2017).

2.2 Relato Integrado nas Instituições Públicas

Quando concebido, o Relato Integrado tinha como público-alvo as empresas privadas (VRF, 2021), especialmente para atrair a atenção dos investidores, ao integrar, em seu conteúdo, uma gama de informações relevantes na tomada de decisão (Montecalvo, Farnetti & De Villiers, 2018). O IIRC, entretanto, não desaconselha o uso em empresas públicas ou sem fins lucrativos, tendo, inclusive, fomentado sua adesão (Oprisor, Tiron-Tudor, & Nistor, 2016). Para isso, o conselho criou também, o *IR Public Sector Pioneer Network*, rede composta por diversas representações do setor público ao redor do mundo, com o objetivo de discutir e apoiar a adoção do RI enquanto modelo de reporte na administração pública (Caruana & Grech, 2019).

No Brasil, em 2016, a elaboração do RI passou a ser facultada às empresas públicas e às sociedades de economia mista. Essa decisão foi implementada com a Lei nº 13.303/2016 que dispõe, em seu artigo 8º, para fins de transparência, que a divulgação anual de Relatório Integrado ou de sustentabilidade deve ser realizada (Brasil, 2016). A partir do ano de 2018, o TCU, por meio da Decisão Normativa nº 170, estabeleceu, de forma compulsória, que todos os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, devem elaborar o Relatório de Gestão no modelo de Relato Integrado. No texto do documento, a decisão é justificada pela responsabilidade do tribunal de garantir a transparência, credibilidade e utilidade das prestações de contas dos órgãos e entidades federais (Brasil, 2018).

Analisando-se o conteúdo do texto, percebe-se que a adoção do Relato Integrado é condizente com o objetivo já delineado pela Lei nº 13.303/16, também conhecida como Lei das Estatais, não só de tornar as informações mais transparentes à sociedade, como também auxiliar na otimização da alocação de recursos públicos, com foco nos resultados, tornando a gestão mais eficiente e capaz de enfrentar desafios e riscos das atividades que exercem (Brasil, 2016; Brasil, 2018).

Com a implementação do Relato Integrado, o meio acadêmico começou a direcionar pesquisas para investigar a aderência e relevância do mesmo para os usuários, tanto no cenário internacional como nacional. Em relação às pesquisas sobre RI no setor público, Montecalvo, Farneti e De Villiers (2018) analisaram o conteúdo do Relato Integrado de uma empresa estatal italiana e concluíram que houve melhora na qualidade, materialidade e possibilidade de avaliação dos dados divulgados, além de maior atendimento das necessidades das partes interessadas.

Farneti, Casonato, Montecalvo e de Villiers (2019) analisaram o conteúdo dos relatórios de uma empresa estatal neozelandesa, comparando sua qualidade antes e depois da adesão ao Relato Integrado. Os resultados apontam ampliação da divulgação de informações de diversas naturezas, denotando mudança na determinação de materialidade para divulgação. Caruana e

Grech (2019) compararam os relatórios anuais emitidos pelo governo maltês com a estrutura conceitual do Relato Integrado e verificaram que o mesmo não eleva a comparabilidade dos relatórios. Entretanto, os autores destacam que alguns pontos do RI podem ser benéficos às instituições públicas como, por exemplo, a integração entre as áreas por meio do pensamento integrado.

Em âmbito nacional, as pesquisas voltadas às organizações públicas e autarquias, como a de Freitas e Freire (2017), analisaram o conteúdo dos relatórios socioambientais do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estruturados na abordagem de RI, em relação ao *framework*, e apontaram a necessidade de melhoria no atendimento dos princípios da conectividade de informações, coerência, comparabilidade, confiabilidade e completude.

Cardoso (2021), em estudo com contadores e agentes públicos de universidades federais brasileiras que adotaram o RI, percebeu que a amostra apresentou discordância quanto à contribuição da abordagem para a transparência da prestação de contas públicas. O trabalho demonstrou, ainda, diferença na percepção entre contadores e não contadores sobre a implementação do RI: os primeiros, acreditam em seu potencial de auxiliar na fiscalização e controle da gestão pública federal; já os não contadores, discordaram quanto à sua contribuição para a materialidade, confiabilidade, conectividade e coerência das informações contábeis – esses últimos, princípios norteadores do RI, segundo seu *framework* (Cardoso, 2021; VRF, 2021).

Ainda nos estudos aplicados em universidades federais, Silva (2023) demonstra baixo desenvolvimento na construção do RI em âmbito universitário, mesmo após 4 anos da sua obrigatoriedade para as mesmas. Também constata que os documentos não são claros quanto a articulação entre suas ações e a geração de valor (Silva, 2023).

Apesar de as estatais federais terem sido as primeiras instituições a receberem orientação para o uso do RI, com a Lei nº 13.303/2016, não é grande o quantitativo de estudos aplicados nessas empresas: Favato, Neumann e Sanches (2020) estudaram o conteúdo dos Relatos Integrados do Banco Nacional de Desenvolvimento da América Latina (BNDES), participante do programa piloto do RI em 2013, e concluíram a presença de informações sobre o capital econômico, social e ambiental, mas sem a presença de indicadores para mensurá-los.

Já Galvão *et al.* (2022), em pesquisa realizada nos relatórios produzidos seguindo a abordagem do RI por empresas estatais estaduais brasileiras, verificaram maior evidenciação de informações relacionadas a aspectos de governança e sustentabilidade, mas baixa presença das variáveis que indicam o uso do pensamento integrado. No entanto, Souza e Panhoca (2020) fazem contraponto ao discurso da sustentabilidade impresso nos documentos abordados através do RI, apontando que o mesmo é utilizado no sentido de desenvolvimento econômico e sustentabilidade financeira. Apesar disso, os autores afirmam que há indícios de que o uso da abordagem pode auxiliar na integração da sustentabilidade à atividade principal das empresas.

3 Procedimentos Metodológicos

Em razão da natureza da proposição, esta pesquisa tem por base a utilização de técnicas qualitativas, sendo este o método adotado. A unidade de análise do caso é composta por uma empresa pública, de propriedade majoritária da União cujo percentual de participação é de 99,99%, e cujo negócio é monopolizado e centrado na cadeia produtiva de mineração, beneficiamento, enriquecimento e fabricação de itens de urânio, além da comercialização de combustível para abastecimento para as usinas nucleares do Brasil. Sendo assim, trata-se de um

caso relativamente distinto, ainda não estudado pela literatura prévia, quanto às características da adoção do Relato Integrado.

Para o alcance do objetivo proposto, foram inicialmente realizadas entrevistas com preparadores do Relato Integrado na INB. Como forma de realizar uma triangulação entre as evidências obtidas por meio das entrevistas e o processo examinado, foram analisados também os documentos emitidos durante o período estudado (entre 2018 e 2020). O objetivo da realização das entrevistas foi verificar a percepção da implementação do Relato Integrado por mais de um participante do processo, com o intuito de tornar possível a obtenção de evidências heterogêneas sobre o fenômeno estudado. Já a análise documental tem por objetivo a verificação em confronto entre o que foi respondido, e o que pode ser verificado diretamente por meio dos documentos que compõem as divulgações realizadas pela unidade de análise desta pesquisa.

A tipologia das questões segue o formato aberto. De acordo com Reja, Manfreda, Hlebec e Vehorar (2003) existem duas vantagens principais na realização de perguntas abertas: a primeira delas é fazer com que os questionados respondam de forma espontânea ao que fora perguntado, possibilitando descobrir respostas diversas; e a outra vantagem se refere a mitigação do viés de sugestão de respostas quando se fornecem opções. Meho (2006) discorre que as entrevistas podem ser realizadas de diversas formas, e deve haver preferências por métodos mistos de entrevistas sempre que for possível acessar os respondentes de tal maneira.

Ingley, Singh e Malkani (2020) afirmam que pesquisas que precisam de “informantes-chave” dificilmente seriam realizadas se não houvesse a flexibilidade de realizar entrevistas por e-mail. Sendo assim, nesta pesquisa, embora tenham ocorrido tentativas presenciais, o e-mail foi a maneira pela qual os respondentes participaram.

O rol de perguntas adotado para a entrevista baseou-se no roteiro apresentado por Sanches, Favato, Slewinski e Neumann (2020), com dez perguntas, adaptado para a realidade da empresa escolhida, com o objetivo de compreender as principais dificuldades e obter relatos das experiências de elaboração do RI. As perguntas retiradas da entrevista base foram aquelas que se conectam com o *framework* do Relato Integrado ou referiam-se a características específicas da empresa, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1

Perguntas realizadas nas entrevistas

Pergunta	Justificativa
Qual a sua posição na organização? Quais são suas atribuições e responsabilidades e a quem você se reporta?	Pergunta para delineamento do perfil do respondente.
O que o termo Relato Integrado significa para você e sua empresa?	O <i>framework</i> menciona que, quanto mais as atividades da organização estiverem permeadas do conceito de Relato Integrado, mais naturalmente a conectividade da informação é reportada nos relatórios (VRF, 2021). Para o <i>Chartered Institute of Public Finance and Accountancy</i> (CIPFA, 2022), na medida em que as empresas apresentam em sua administração e nos responsáveis pelas informações uma “mentalidade integrada”, as decisões tendem a criar mais valor para os <i>stakeholders</i> .
De que maneira a proposta para o Relato Integrado foi inserida no contexto de sua organização?	Em 2016, a adesão ao RI foi facultada às empresas públicas e sociedades de economia mista, pela Lei nº 13.303/2016. Em 2018, a Decisão Normativa nº 170/2018 instituiu o uso obrigatório da abordagem. Nesse contexto, busca-se verificar sob

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

	quais incentivos a organização passou a modificar sua estrutura de relatório.
Como o Relato Integrado difere dos relatórios de sustentabilidade e financeiro?	De acordo com a VRF (2021) e CIPFA (2017), um Relato Integrado deve ir além daquilo que já é divulgado em outros relatórios como, por exemplo, demonstrações financeiras e relatórios de sustentabilidade. Na perspectiva da CIPFA (2022), o fato de reportar problemas relacionados a aspectos sociais e de sustentabilidade pode ser visto como uma oportunidade para o setor público divulgar como tem lidado com esses aspectos.
Quais são os benefícios e desafios do Relato Integrado?	A VRF (2021) faz muitas promessas de melhorias oriundas da adesão ao RI, mas pouco menciona os desafios de implementação. Já a CIPFA (2017) indica que existem “múltiplos desafios”. O <i>framework</i> da IFRS (VRF, 2021) apenas discute que se deve apresentar informações sobre desafios e incertezas da entidade que reporta.
Discuta sobre a transição de sua organização para a prática de Relato Integrado (comparando com o modelo em prática anteriormente), explicando como foi implantado o Relato Integrado em sua organização.	Os <i>frameworks</i> (CIPFA, 2017; VRF, 2021) explicitam que seu modelo é coerente com muitos outros relatórios financeiros e de outras naturezas, mas que também difere dos mesmos de diferentes formas.
Por que a organização está se comprometendo com o Relato Integrado? Que lições outras organizações podem aprender com sua experiência em Relato Integrado?	Ainda que a publicação do RI no setor público seja obrigatória, o intuito é tentar identificar o comprometimento da organização com sua elaboração e quais aprendizados são provenientes do mesmo. Além disso, a VRF (2021) e CIPFA (2017) esperam que o RI represente uma inovação global em relatórios corporativos e cabe entender como isso se dá na prática.
Como foi construído o conceito de criação de valor? Qual é esse conceito?	Um dos principais motivos para a existência do RI é a oportunidade de comunicar sobre como a organização gera valor ao longo do tempo (VRF, 2021). E tem recebido apoio para que essa criação de valor seja melhor comunicada pelas empresas e melhor entendida pelos <i>stakeholders</i> (CIPFA, 2022).
Como foram identificados os capitais? Quais as dificuldades?	O <i>framework</i> do VRF (2021) elenca os tipos de capitais que compõem o RI, mas instrui que as organizações podem categorizar os capitais de forma diferente. Por sua vez, o <i>framework</i> da CIPFA (2017) destaca que a abordagem “multi-capitais” deve ter foco no resultado com a implementação do RI.
Quais aspectos do Relato Integrado mais evoluíram do primeiro (2018) para os outros dois documentos emitidos (2019 e 2020)?	A VRF (2021) admite o aprimoramento do processo à medida que os conceitos vão se enraizando na organização. No documento da CIPFA (2017), é possível identificar que há uma indicação de alinhamento entre os “ <i>keypoints</i> ” de interesse dos <i>stakeholders</i> e a divulgação do RI. Em levantamento, a <i>European Organisation of Supreme Audit Institutions</i> (EUROSAI, 2021) discute que ainda é imaturo o processo de divulgação de relatório em formato integrado por entidades do setor público, que já lida com outros tantos desafios.

Fonte: Baseado em ACCA (2017), CIPFA (2017), CIPFA (2022), Sanches et al. (2020), EUROSAI (2021), VRF (2021).

As entrevistas foram realizadas por meio do e-mail institucional. Foram enviadas correspondências eletrônicas para todo o Grupo de Trabalho “Relato Integrado – Lei das Estatais”, identificado como preparador da divulgação. Este conjunto de pessoas era composto por 10 membros, dentre os mais variados cargos. O critério para seleção dos participantes foi por conveniência e intencionalidade e os entrevistados consentiram permissão para que a autoria realizasse o procedimento metodológico de entrevista.

O primeiro e-mail, com a apresentação dos pesquisadores, motivações e solicitação para a colaboração na pesquisa foi realizado no dia 30 de outubro de 2021, e as últimas respostas foram recebidas no dia 09 de janeiro de 2022. Dos 10 participantes desse grupo de trabalho, apenas três responderam integralmente as perguntas e doravante serão chamados de Respondentes 1, 2 e 3 para que a identificação possa ser preservada.

Para análise das evidências obtidas, esta investigação consolidou as respostas em uma unidade hermenêutica de análise, realizou leitura, pré-análise e codificação de acordo com as interpretações das respostas obtidas nas entrevistas e com o auxílio do *software* “Atlas.ti” foram apresentadas as evidências por meio de citações dos trechos atrelados a cada um dos códigos, baseado na codificação aberta após a leitura das respostas aos quesitos perguntados.

Posteriormente, as respostas dos preparadores foram relacionadas com os dados presentes nas divulgações de RI da instituição, que foram obtidos por meio de pesquisa documental, utilizando-se os relatórios desde o ano de 2019 (ano-base de 2018), onde se deu o início da obrigatoriedade imposta pelo TCU, até o ano de 2021 (ano-base de 2020), obtidos por meio do *site* da instituição, sendo esses de acesso público. Para a análise dos dados recolhidos, empregou-se a análise de conteúdo, confrontando-o com as orientações do *framework* com as respostas das entrevistas.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Entrevistas Semi-Estruturadas

Conforme exposto anteriormente, dez perguntas foram encaminhadas aos colaboradores do INB, para se obter uma melhor compreensão da metodologia aplicada para a elaboração do RI, bem como entender os fatores limitantes e vantagens competitivas enxergadas pelos responsáveis pelo preparo do Relato Integrado. Cada uma das perguntas e uma síntese das respostas estão expressas nos tópicos abaixo.

Conforme supracitado, a obrigatoriedade da emissão do Relato Integrado ou Relatório de Sustentabilidade foi instituída pela Lei das Estatais – Lei nº 13.303/2016, e a abordagem de Relato Integrado, imposta pelo TCU, em sua Decisão Normativa nº 170/2018. Sendo assim, as Indústrias Nucleares do Brasil responderam ao incentivo legal ao divulgar seu primeiro RI no ano-base de 2018, publicado em 2019. Desde então, a empresa mantém a prática, não só pelas obrigações legais, mas também pela vantagem competitiva gerada por essa emissão, como salientado pelos entrevistados.

4.1.1 Perfil dos Respondentes

Quando perguntado sobre qual sua posição na organização e sobre as atribuições e responsabilidades, o Respondente 1 é analista contábil e estava diretamente envolvido com a elaboração, tanto do Relato Integrado quanto do Relatório da Administração, especialmente no *layout* dos *releases* e demonstrações contábeis da empresa. Já o Respondente 2 é analista de comércio exterior e suas principais atribuições é a prospecção de mercado e novos clientes, além de negociações para venda e compra dos insumos e produtos, respectivamente, pela empresa. Por fim, o Respondente 3 faz parte da coordenação de relações com as mídias e sua principal atribuição é a produção de conteúdo jornalístico, tanto interno quanto para os demais *stakeholders*.

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

Tabela 2

Identificação dos respondentes

Identificação	Cargo	Principais atividades no INB
Respondente 1	Analista contábil	Elaboração de demonstrações contábeis
Respondente 2	Analista de comércio exterior	Transações de compra de insumo, vendas e prospecção de novos mercados e clientes
Respondente 3	Membro da coordenação de relações com as mídias	Produção de conteúdo jornalístico

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda que com apenas três respostas dentre as dez possíveis, pode-se perceber que o grupo responsável pela elaboração do Relato Integrado é heterogêneo, tendo participação de indivíduos com atribuições diversificadas. Esta evidência, em acordo com os documentos analisados, reiteram o esperado pelo *framework* de elaboração, de que a apresentação do RI contribui para uma visão mais holística das operações da empresa e é consistente com a indicação da IFRS (2022) a respeito da importância de defender a conectividade da informação a partir da promoção da colaboração multifuncional. Mesmo assim, Cardoso (2021) sugere, em pesquisa anterior, que a formação relacionada ou não à área de contabilidade pode influenciar na percepção dos respondentes, tornando relevante a identificação dos mesmos e sua área de atuação.

4.1.2 Atribuição de Significado

Em seguida, na primeira pergunta diretamente relacionada sobre o RI, as três respostas foram bastante similares: ao serem questionados sobre o que o termo Relato Integrado significava para eles individualmente e para a empresa, todos os entrevistados destacaram que o relato trazia consigo maior facilidade na comunicação dos dados e melhor conhecimento da posição da empresa no mercado, bem como a criação de valor, advindas com a publicação e veiculação do RI. A Figura 1 destaca trechos de cada respondente, sendo que o significado é atrelado a “leitura mais amistosa”, “comunicação direta” e “maneira mais clara e simples”.

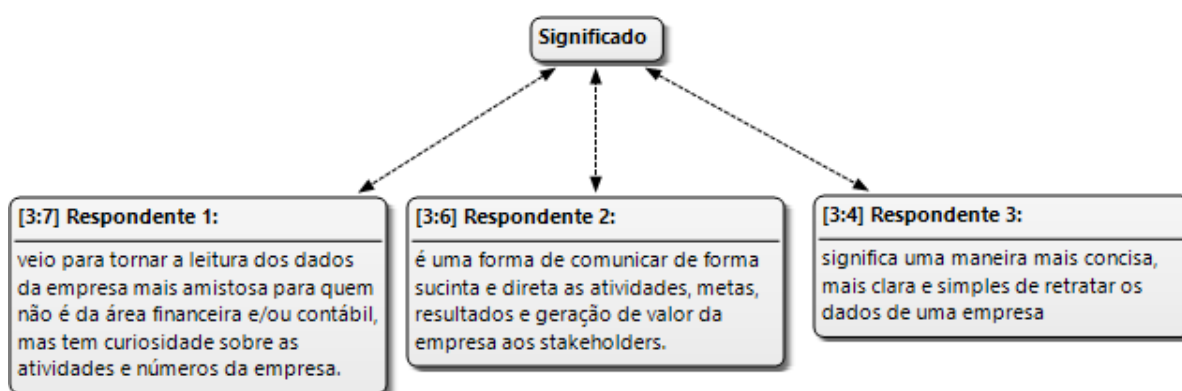


Figura 1 Resumo das respostas enfatizando o significado do RI

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa percepção vai ao encontro dos achados de Montecalvo, Farneti e De Villiers (2018), que, em análise do RI de uma empresa estatal italiana, também apontam melhora na

qualidade das informações e ampliação da possibilidade de avaliação dos dados divulgados, a partir de sua construção. Desse modo, quando o Respondente 1 afirma que o RI transforma a leitura dos dados em um processo mais amistoso àqueles que não possuem conhecimento técnico, percebe-se que o resultado corrobora com os achados anteriores da literatura.

Em relação aos Respondentes 2 e 3, vê-se que ambos apontam elementos de concisão, ao afirmarem o que o RI significa para elas. Entretanto, a análise documental demonstra aumento gradual no conteúdo, representado, por exemplo, por um aumento de 38,96% da quantidade de páginas do relatório de 2018 para 2019, e 30,84% de 2019 para 2020. Essa contradição está alinhada à discussão suscitada por Melloni, Caglio e Perego (2017), que apontam para a tensão potencial entre o direcionamento do *framework* do RI para que os relatórios sejam mais concisos, sem, no entanto, explicar de que forma isso pode ser conciliado com o outro elemento norteador estabelecido, que é da completude e equilíbrio. Nesse sentido, a pesquisa de Chaidali e Jones (2017), feita junto a preparadores de Relato Integrado por meio de entrevistas, também aponta que os respondentes indicam que, para atender a todos os elementos de informação pretendidos pelo RI, seria necessária uma quantidade igual ou maior de páginas em relação aos relatórios tradicionais.

4.1.3 Implementação do Relato Integrado na Instituição

Adiante, quando perguntado sobre a forma como foi proposta a inserção do Relato Integrado no contexto da INB, dois dos três respondentes citaram a Lei das Estatais que passou a exigir a publicação do Relato Integrado ou do Relatório de Sustentabilidade, um deles com bastante detalhamento, citando inclusive o artigo da Lei. O Respondente 3 acredita que o RI fazia mais sentido à INB, e por isso, foi escolhido. Dado que a orientação para o uso de RI em 2016 foi dada de forma alternativa à construção do Relatório de Sustentabilidade, mas a implementação no INB só aconteceu após a sua obrigatoriedade, em 2018, percebe-se que o incentivo à divulgação mais eficaz foi o caráter mandatório da DN n° 170, o que é corroborado pelos respondentes.

As citações referentes a resposta deste quesito são apresentadas na Figura 2.

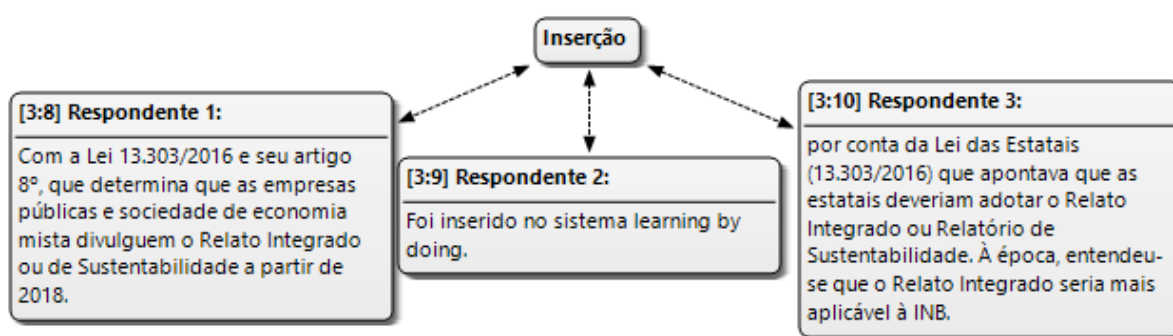


Figura 2 Resumo das respostas sobre a inserção do RI

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos aspectos práticos dessa implementação, o Respondente 3 aponta a escolha de um grupo de trabalho e o treinamento realizado por alguns membros, que foram responsáveis por disseminar o conhecimento aos demais. Contudo, o Respondente 2 afirmou e destacou que o RI foi implementado baseado no sistema *learning by doing*, isto é, a construção

do aprendizado é obtida por meio da prática da atividade, contrariando os outros dois entrevistados. A possível explicação para esta resposta está contida nas afirmações do Respondente 3, ao mencionar o grupo de trabalho que foi selecionado.

O ponto levantado pelo Respondente 2 é coerente e complementa as afirmações dos Respondentes 1 e 3, visto que a orientação para a construção de relatórios na abordagem de RI parte da perspectiva da promoção do pensamento integrado. De acordo com o guia para começar a transição ao pensamento integrado, pessoas podem ser treinadas para a promoção do mesmo, enquanto outras são provocadas a se engajarem, enquanto colocam os direcionamentos em prática (IFRS, 2022).

Pela análise documental, no RI divulgado referente ao ano de 2018, na mensagem da administração da época, é citado sobre a legislação que trouxe a exigência da apresentação, colocando a base legal como fator motivador para a elaboração deste documento. Nesse RI há ainda uma indicação de que havia um processo de implementação ao trazer que: “a INB pretende também evoluir no processo de Relato Integrado, aperfeiçoando a maneira como comunica com a sociedade e parceiros suas atividades, valores, objetivos, estratégias e resultados” (INB, 2018). No Relato Integrado de 2019, logo na mensagem inicial da administração, é reconhecido o esforço de avanço no processo de elaboração de informações, para que estas estejam cada vez mais relevantes na tomada de decisão e transparência aos usuários, sejam eles envolvidos em algum grau na cadeia de suprimentos, como também à população, atualmente mais engajada na fiscalização do uso do dinheiro público (INB, 2019).

Desse modo, nota-se que a determinação legal, expressa nos documentos analisados, não necessariamente anula a efetividade das mudanças constatadas nas práticas organizacionais com o uso da abordagem. Assim, o resultado corrobora com os achados de outras pesquisas, que veem presença de pontos críticos a serem melhorados com o uso da abordagem, mas admitem as melhorias advindas de sua implementação, como a provocação ao uso do pensamento integrado (Farneti *et al.*, 2019; Caruana & Grech, 2019).

4.1.4 Diferenciação de Outras Divulgações

Adiante, quando perguntado sobre as características de diferenciação entre o Relato Integrado e outros modelos de relatórios já adotados, todos os respondentes destacaram a simplicidade da interpretação do RI, em comparação, especialmente ao relatório financeiro, sendo os adjetivos “conciso”, “simples”, “mais abrangente”, “resumido” e “direto” usados pelos participantes, sendo destacado ainda o aspecto de integração com outras características não financeiras, dentre elas as sociais e ambientais que condiz com os objetivos do IIRC quando foi criado, e proposto em seu *framework*. A Figura 3 apresenta os trechos das citações em que os respondentes comentam sobre tais características.

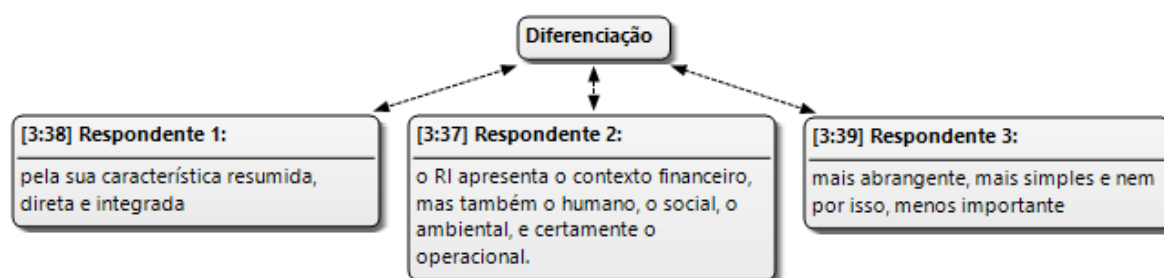


Figura 3 Resumo das respostas sobre as características que diferem o RI de outros relatórios
 Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas obtidas com os entrevistados também estão alinhadas com a literatura. Primeiramente, a proposta do *framework* do RI é a de obter relatórios abrangentes, que conectem informações de natureza financeira e não-financeira de forma holística e integrada, mas que sejam reportadas de forma simples (VRF, 2021). Ainda, o Respondente 2 corrobora o ponto levantado por Souza e Panhoca (2020) de que o uso da abordagem pode servir como provocação à integração da sustentabilidade à atividade principal das empresas, localizando-a no escopo de suas prioridades.

Ao observar as respostas obtidas, percebe-se confluência entre a intencionalidade da VRF e a percepção dos preparadores. Além disso, pesquisas anteriores também demonstraram que o RI favoreceu a ampliação da divulgação de informações de naturezas diversas, a partir da mudança de perspectiva sobre o que é materialmente relevante para a divulgação e a ampliação de sua abrangência (Farneti *et al.*, 2019).

4.1.5 Benefícios e Desafios Percebidos na Implementação

Em seguida, foi questionado sobre quais os principais benefícios e desafios trazidos pela utilização do Relato Integrado. Nessa pergunta, percebe-se uma maior variedade de argumentos, sobre os benefícios: o Respondente 1 destaca como grande benefício, se realizado de forma séria e compromissada, a transparência das informações de utilidade pública sobre a instituição. Retomando o perfil dos participantes, o Respondente 1 é analista contábil e sua percepção é diferente do encontrado por Cardoso (2021), que aponta que os participantes da pesquisa mencionada discordam da relação entre o uso da abordagem e a promoção da transparência das contas públicas. Cabe ressaltar aqui, a diferença de cenários: a presente pesquisa trata de uma empresa pública com participação do mercado em sua atividade, possuindo *stakeholders* diversos em relação às universidades federais, universo de estudo de Cardoso (2021), o que pode sugerir que talvez o público ao qual se destine o relatório possa interferir ou não na transparência.

O Respondente 2 traz como benefício a melhoria da comunicação da empresa com seus *stakeholders*, elucidando suas atividades, metas, resultados e geração de valor. A percepção do participante é consistente com o apresentado pelo *framework*, bem como pela concepção da IFRS sobre a importância do pensamento integrado para transmitir criação de valor nas atividades da organização (VRF, 2021; IFRS, 2022). O Respondente 3 se absteve de elencar benefícios percebidos nesta etapa do questionamento, porém quando perguntado anteriormente sobre o significado, este entrevistado destacou em tom de benefício a simplicidade do relatório.

Ainda na mesma pergunta, os entrevistados responderam de forma mais extensa sobre os desafios, sendo percebido um foco maior do que nos benefícios. O Respondente 3, que

mencionou somente os desafios, comentou a respeito da mudança na apresentação dos resultados, agora realizada por unidades de negócios, ao invés de ser por coordenações ou gerências, destacando uma preocupação com a consistência das informações, bem como a necessidade de se eliminar repetições desnecessárias, que tornariam o relatório prolixo e extenso.

Nesta mesma linha de pensamento, o Respondente 2 atribuiu destaque a dificuldade de criar um ambiente coeso, em detrimento às visões individuais de cada área. Já o Respondente 1 relatou preocupação com a possibilidade de gerenciamento da informação apresentada. Esse resultado remonta à provocação feita por De Villiers e Sharma (2020), que afirmam que, para que o Relato Integrado tenha sucesso, é preciso que o conceito de pensamento integrado seja capaz de suplantar a prática vigente de construção de relatórios fragmentados e baseados em silos. Ainda, pesquisas nacionais como a de Galvão *et al.* (2022) corroboram com a percepção dos respondentes, à medida que também evidenciam baixa presença de variáveis que indicam o pensamento integrado. Na Figura 4 são apresentadas as citações relativas aos desafios.

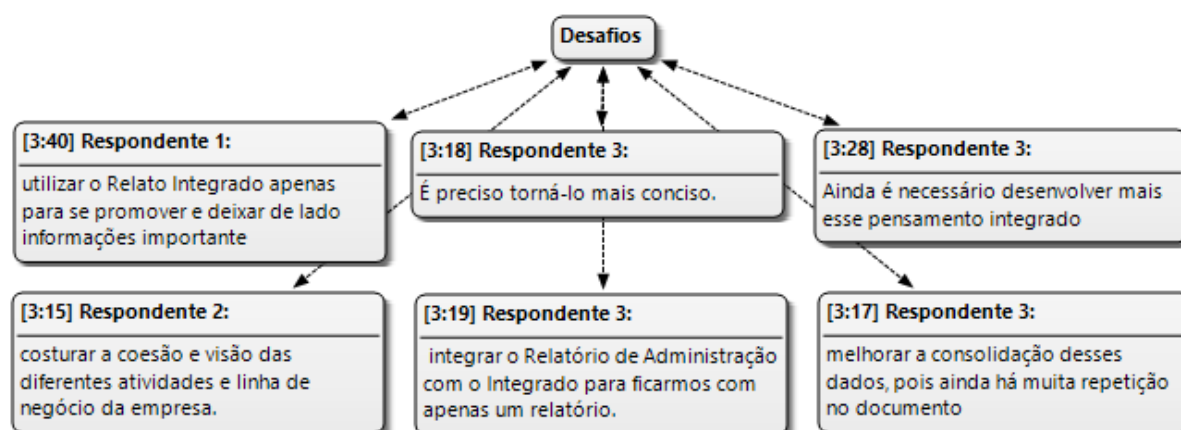


Figura 4 Desafios listados pelos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da análise documental, foi observado detalhamento crescente entre os anos de 2018, 2019 e 2020, e, além disso, foi verificado que o tamanho do Relato Integrado também aumentou. Dessa forma, há uma concordância entre o evidenciado pelo Respondente 3 sobre repetição e complexidade. Nesse sentido, ao verificar o conteúdo dos relatórios, confrontando-os, foi verificado que há baixa similaridade dentre os anos: de 15% entre 2019 e 2018, e 11% entre 2020 e os demais anos.

Observa-se, contudo, na análise dos documentos, que diversas informações são apresentadas sem maiores detalhamentos, com maior destaque à geração de valor. Este tópico é apresentado de forma genérica, prestando-se mais a mostrar indicadores próximos à eficiência operacional e financeira, do que as metas e estratégias adotadas. Resultado similar foi encontrado na pesquisa de Silva (2023), que demonstra que os documentos não são claros quanto a articulação entre suas ações e a geração de valor.

4.1.6 Transição de Outras Divulgações para o Relato Integrado

Em seguida, foi solicitado que os entrevistados discutissem sobre o processo de transição entre o Relato Integrado e outros relatórios utilizados previamente. Neste quesito,

apesar da obrigatoriedade da emissão do Relato Integrado ter ocorrido em 2018, o Respondente 1 acredita que a INB já produzia relatórios em consonância com aqueles emitidos por empresas privadas. A grande novidade, a seu ver, se dá pela introdução dos diferentes tipos de capitais e o forte direcionamento para a criação de valor.

Enquanto isso, o Respondente 2 trouxe, em sua resposta a essa pergunta, os passos adotados para a implementação, citando não apenas o *learning by doing*, já comentado, como também o *benchmarking*. Por fim, o Respondente 3 ressaltou a importância da participação de mais setores para a construção desse documento, ao dizer que o pensamento integrado era atingido na medida em que as áreas participavam mais do processo.

Essas respostas corroboram com De Villiers, Hsiao e Maroun (2017) e De Villiers e Sharma (2020), que apontam que o RI é apresentado como uma proposta de evolução justamente por sua capacidade de conectar informações de diferentes naturezas de forma interligada, a partir da lógica do pensamento integrado. Também pode ser observada enquanto uma sinalização de que o propósito das equipes colaborativas multifuncionais para a promoção do pensamento integrado se mostrou eficiente no percurso do INB em direção a um Relato efetivamente integrado dos capitais da instituição. A própria percepção dos respondentes envolvidos com a implementação do Relato denota uma mudança de paradigma na condução das atividades, evidenciando pistas de êxito no que tange ao propósito do RI, que é de integração dos capitais da organização, inclusive o humano.

4.1.7 Compromisso da Organização Percebido pelos Preparadores

Sobre o compromisso percebido na adoção e implementação do Relato Integrado, dois dos três respondentes trazem a obrigatoriedade da divulgação do RI, homologada por decisão do TCU, em Decisão Normativa nº 187, e relembram ainda a “Lei das Estatais” respondida anteriormente quando perguntados sobre a inserção. Porém, são unânimes em enxergar os benefícios além da obrigação legal.

O Respondente 1 destaca que o RI “*é uma prática de contexto internacional*” e que “*todos que estão buscando conhecimento e espaço no mercado, seja nacional ou internacional, devem estar preparados*”. Considerando ainda que a INB busca sua autossuficiência e alterou de forma significativa seu planejamento estratégico para os próximos anos, o Relato Integrado parece ter papel significativo para o alcance desses objetivos. O Respondente 3, entretanto, alerta que esse pensamento “*como um todo*” ainda é incipiente e precisa de um maior amadurecimento.

Esse resultado é consistente com Kiliç *et al.* (2020), à medida que os autores explicam que as organizações têm se direcionado no sentido de construção de relatórios no modelo de Relato Integrado visando obter legitimidade organizacional, dada a adoção da prática por outras organizações inseridas no mesmo ambiente institucional. Também Argento, Culasso e Truant (2019) indicam que a adoção do RI é uma tarefa que provoca mudanças substanciais na organização, dadas as transformações institucionais demandadas para que o mesmo seja produzido, o que leva tempo.

Analisando o conjunto de documentos já emitidos pela INB, é possível identificar o pouco amadurecimento relatado pelo Respondente 3, indicando que há uma ideia de que a implementação ainda está, na unidade de análise desta pesquisa, em um processo de transição e implementação.

4.1.8 Criação de Valor

Sobre o conceito de criação de valor, as evidências obtidas demonstram heterogeneidade: dois dos respondentes citaram a alteração do planejamento estratégico como guia para a definição da criação de valor, a partir da análise de riscos e oportunidades, bem como o ambiente interno e as variáveis que compõem o ambiente externo, destacando ainda que havia uma necessidade de seguir as premissas adotadas pela VRF. Já o Respondente 2 focou-se mais em trazer aspectos genéricos e operacionais. A Figura 5 resume as citações dos trechos das entrevistas no que se refere a identificação da criação de valor.

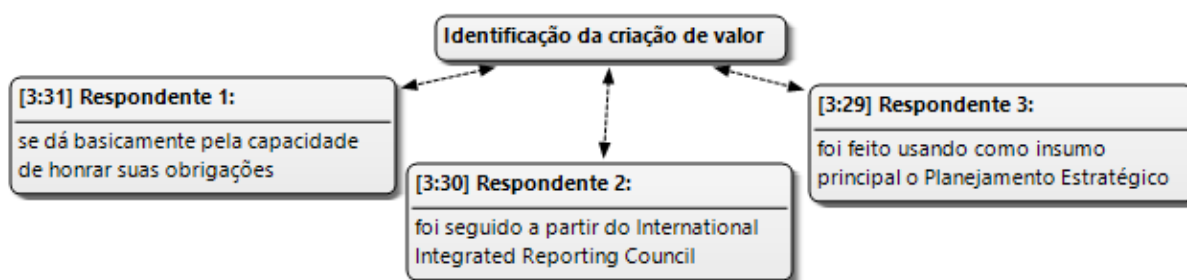


Figura 5 Resumo das respostas sobre criação de valor

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, Manes-Rossi (2018) explica que o conceito de “valor” elaborado pelo IIRC vai além da pura aceção financeira tradicionalmente atribuída a ele, englobando também as perspectivas estratégicas de curto e longo prazo, positivas e negativas, dos retornos financeiros e não-financeiros esperados em resposta às ações adotadas pelas organizações. No entanto, De Villiers e Hsiao (2017) afirmam que a adoção de um pensamento integrado na organização requer que aqueles que a gerenciam estejam cientes do caráter interligado dos capitais financeiros e não financeiros na geração de valor.

4.1.9 Capitais

Em relação à identificação dos capitais, houve unanimidade na afirmação de que os capitais foram definidos a partir de *brainstorms* entre as diversas áreas da empresa e que houve fácil aprovação da diretoria executiva quanto ao que foi apresentado. Quanto às dificuldades, dois respondentes citaram não haver, enquanto o último destacou que esta se encontra no monitoramento das ações imateriais realizadas na empresa, tais como nas campanhas de conscientização ambiental, dentre outros.

Ao analisar de forma conjunta os documentos emitidos, em todos eles há segregação dos capitais, inclusive atrelando-os à perspectiva de geração de valor. Cabe reiterar que o *framework* identifica os capitais a serem reportados, mas alerta que a identificação de cada capital é tarefa inerente à realidade das organizações, de modo que pode haver heterogeneidade no agrupamento de cada capital (VRF, 2021).

No que diz respeito ao levantamento dos capitais, pode-se observar que a empresa apresentou todos eles de forma clara, evidenciando todos os aspectos relevantes de cada um deles, tanto de forma qualitativa quanto quantitativa, por meio de gráficos comparativos e esquemas que facilitam a leitura e entendimento do usuário da informação. Isso é um avanço

em relação aos achados de Freitas e Freire (2017), que sugerem baixo uso de índices de desempenho no Relato Integrado.

Como ressalva, quando se trata do capital financeiro, pode-se observar que estes relatórios ainda possuem fortes características semelhantes aos Demonstrativos Contábeis. Por fim, o levantamento de capitais no documento de 2020 se apresentou de forma confusa, já que esteve diluído ao longo de todo o documento, em vez de se apresentar em um tópico específico, como ocorreu nos documentos anteriores.

4.1.10 Evolução Percebida

Por fim, ao perguntar sobre os aspectos de evolução dos documentos emitidos desde 2018, o Respondente 1, embora não mais envolvido na tarefa de elaboração do RI, já que participou apenas da primeira emissão, acredita, como leitor do documento, que as informações nele contidas apresentam significativa melhora, tornando-se mais substanciais e enriquecedoras. O Respondente 2 reforçou a aderência do RI com o planejamento estratégico, acreditando que a missão, visão e valores corporativos ficaram mais elucidados. Por fim, o Respondente 3 destaca a maior participação das áreas e da assessoria, trazendo para mais próximo de todos o Relato Integrado. Analisando os documentos, percebe-se mudanças de *layout* desde a capa a presença de mais elementos textuais e gráficos.

Quanto à descrição dos capitais, observa-se que o RI de 2020 demonstrou evolução visível na apresentação do capital financeiro, ao mostrar as informações de forma mais enxuta, distanciando-se da semelhança dos relatórios anteriores com outros reportes financeiros. Um avanço notável se dá pelo maior destaque à criação de valor, inclusive relacionando-o aos tipos de capitais presentes na empresa. Este tópico é visto como importante, uma vez que foi citado por todos os respondentes da pesquisa, no mínimo em uma das respostas.

5 Considerações Finais

A realização de estudo para discutir o processo de implementação do Relato Integrado contribui com a literatura para compreender quais as percepções dos preparadores quanto a adoção de inovações específicas. Nesse sentido, o presente trabalho, avaliou a implementação e elaboração do RI nas Indústrias Nucleares do Brasil, empresa pública responsável pela produção de combustível nuclear para a geração de energia elétrica, utilizando-se da metodologia de entrevistas semi-estruturadas e análise dos documentos já emitidos pela empresa, a partir do ano-base de 2018, após imposição legal pelo TCU.

A análise demonstra que, ainda que a prática do RI tenha sido adotada pela imposição legal, conforme posição dos respondentes, os preparadores percebem melhora na qualidade da informação, em consonância com os achados da literatura prévia (Montecalvo, Farnetti & De Villiers, 2018). Ainda, as respostas obtidas, articuladas à análise documental, indicam dificuldade de conciliar todas as informações pertinentes ao RI de forma concisa, ratificando o conflito, apontado na literatura (Melloni, Caglio & Perego, 2017; Chaidali & Jones, 2017), entre os seus princípios básicos de concisão e completude. Essa contradição ocorre mesmo no decorrer dos anos analisados, demonstrando que nem mesmo o passar do tempo e o aprendizado foi capaz de solucionar a questão.

No que tange à atividade do INB, que é estratégica do ponto de vista energético, a produção de combustível nuclear a partir da mineração e manipulação do urânio evoca a dúvida sobre o tratamento dos temas ambientais e aqueles relacionados à sustentabilidade nas

divulgações corporativas da empresa. Nesse sentido, as análises das entrevistas apontam duas perspectivas: uma, que demonstra que o Relato Integrado se diferencia de outras divulgações da empresa por fornecer maior gama de informações, inclusive ambientais. Outra, que aponta dificuldades em monitorar ações como campanhas de conscientização ambiental para serem divulgadas via RI.

Dois pontos da literatura podem ser aqui discutidos: de um lado, as respostas relacionadas ao tema podem corroborar a posição de Farneti *et al.* (2019) e Souza e Panhoca (2020) a respeito da provocação feita pela adoção do RI quanto à inclusão de informações de naturezas diversas e inclusão de temas ambientais e de sustentabilidade no escopo das prioridades da organização. Em se tratando de uma indústria nuclear, o benefício nesse sentido é ainda mais evidente. No entanto, a contradição relacionada ao monitoramento das atividades práticas inerentes ao tema em um contexto em que o relato deste tipo de informação é percebido como diferencial em relação a outras divulgações demonstram que, diferentemente do esperado e apontado pela literatura e pelos idealizadores do RI, a integração prática entre as diversas áreas, condição fundamental para a promoção do pensamento integrado, ainda é incipiente. Esse ponto é corroborado, também, por falas dos respondentes.

Nesse sentido, o resultado remonta à provocação de DeVilliers e Sharma (2020) sobre a importância, na produção de RI, que o pensamento integrado suplante a produção de relatórios fragmentados, baseado em silos. Ainda assim, mesmo que a implementação da abordagem tenha ocorrido seguindo práticas validadas pela fundação IFRS (2022) enquanto promotoras do pensamento integrado - colaboração entre equipes multifuncionais e difusão do conhecimento aos demais - os resultados sugerem que, para alcançar a integração do pensamento dentro da empresa, a pura adesão ao RI não é suficiente, demandando, também, tempo, para que as mudanças ocorram ou outros pontos não abrangidos no escopo deste trabalho.

Em relação às pesquisas nacionais anteriores, percebeu-se que a experiência do INB e a percepção dos respondentes é diversa dos achados anteriormente. Nesse sentido, nota-se avanços em relação a Freitas e Freire (2017), que apontaram para a ausência de índices de desempenho no RI do CFC, à medida que se verificou grande quantidade de informações não só qualitativas, mas também quantitativas no RI do INB.

De forma similar, verificou-se, também, contrapontos em relação às pesquisas de Cardoso (2021) e Silva (2023), ambas realizadas em universidades federais: os respondentes da primeira pesquisa sinalizaram acreditar que o RI não contribui com o aumento da transparência pública, como se propõe, enquanto os preparadores do INB levantam o ponto como uma relação positiva entre a adoção do RI e a promoção da transparência. Em relação à segunda pesquisa, de Silva (2023), os resultados encontrados por esse estudo se diferenciam, pois, apontam grande inclinação à demonstração sobre a geração de valor, enquanto os achados do trabalho mencionado sugerem baixa articulação na comunicação sobre as ações institucionais e o valor gerado a partir delas. Como explicação para esse resultado, pode-se supor que, dada a natureza da organização enquanto empresa pública, e sua interação com o mercado, torna-se relevante a quantificação de seu resultado, já que os usuários dessas informações possuem propósitos diferentes dos usuários das informações produzidas por Universidade Federais ou, mesmo, pelo próprio CFC.

Por fim, em relação aos estudos aplicados a estatais realizados anteriormente, vê-se que os achados são consonantes com Favato, Neumann e Sanches (2020) no que tange à presença de informações diversas, como econômicas, sociais e ambientais. O BNDES, objeto de estudo das autoras, fez parte do projeto piloto do Relato Integrado (Bonadio *et al.*, 2017), em 2012, muito antes do INB emitir seu primeiro relatório baseado na abordagem. Isso permite supor que

a própria estrutura da abordagem já é indutora da divulgação de informações variadas independente do tempo de experiência com a prática que a instituição possui.

Ainda, Galvão *et al.* (2022) também demonstrou, em pesquisa realizada em empresas públicas estaduais, nas quais o uso do RI não é obrigatório, maior evidência dos aspectos de governança e sustentabilidade, mas baixa presença de indícios relacionados ao pensamento integrado. Como já mencionado, os resultados encontrados nesta pesquisa são consistentes com os de Galvão *et al.* (2022), o que sugere que não é a circunstância mandatória enfrentada por instituições federais que levam à maior evidência dos capitais, mas o movimento é inerente à adoção dos princípios que regem o Relato Integrado. De forma similar, a questão discutida anteriormente sobre o alcance do pensamento integrado não ser atingido apenas com a adoção da abordagem do RI é reforçada.

Dessa maneira, essa pesquisa aponta que a diferenciação de cenários pode mudar os incentivos e a qualidade das informações prestadas, ainda que em todos os cenários a abordagem utilizada seja a de Relato Integrado. Assim, fatores como partes interessadas, tempo de prática do RI e obrigatoriedade ou não de relatar são pontos que, como sugerem os resultados, podem variar, a depender do contexto em que a instituição está inserida.

A limitação da pesquisa reside no fato de que a amostra é pequena, contendo três entrevistas, o que não permite generalizações dos resultados aqui encontrados, nem extrapolações para outras instituições públicas, dado que cada realidade precisa ser analisada separadamente. Assim, para pesquisas futuras, outros estudos podem ser realizados considerando instituições que possuem atuação específica, buscando avaliar as especificidades do contexto da organização que podem funcionar como incentivos à divulgação ou, quem sabe, à omissão de informações. Ainda, a influência do aprendizado no aprimoramento dos relatórios produzidos na abordagem do RI no setor público também pode ser investigada, considerando a maior maturidade que as instituições podem ter alcançado, dada sua prática introduzida no setor desde 2016, de forma opcional, e desde 2018, de forma obrigatória.

Referências

Abreu, A. C. S., Zaro, E. S., Luiz, G., Vicente, E. F. R., & Van Bellen, H. M. (2016). Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 6(2), 31-49. DOI: <https://doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v6n2p31-49>

ACCA - Association of Chartered Certified Accountants. (2017). *Insights into Integrated Reporting: challenges and best practice responses*. Recuperado em 21 abril, 2023, de https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/Technical/integrate/pi-insights-into-ir-.pdf

Alves, N. J. F., Kassai, J. R., & Lucas, E. C. (2017). Evidence of value creation in the integrated reports of the companies of the Pilot Program in Brazil. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 6(1), 155-178.

Argento, D., Culasso, F., & Truant, E. (2019). From sustainability to integrated reporting: The legitimizing role of the CSR manager. *Organization & Environment*, 32(4), 484-507. DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026618769487>

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

Biondi, L., & Bracci, E. (2018). Sustainability, popular and integrated reporting in the public sector: A fad and fashion perspective. *Sustainability*, 10(9), 3112. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10093112>

Bonadio, M. M., Oliveira, R., Neumann, M., & Moraes, R. O. (2017) *Análise do guidance em reportes de empresas brasileiras pertencentes ao programa piloto do IIRC, sob a lente da teoria da divulgação baseada no julgamento*. XI Congresso Anpcont, Belo Horizonte, Recuperado em 09 novembro, 2022, de <https://anpcont.org.br/pdf/2017/CUE1086.pdf>.

Brasil. (1992). *Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992*. Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Recuperado em 19 janeiro, 2022, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8443.htm.

Brasil. (2016). *Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016*. Dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias. Recuperado em 09 fevereiro, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm.

Brasil (2018). *Decisão Normativa – TCU n° 170, de 19 de setembro de 2018*. Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3° da Instrução Normativa TCU 63, de 1° de setembro de 2010. Recuperado em 02 agosto, 2022, de <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2018.htm>.

Cardoso, S. C. (2021). *A influência de fatores pessoais sobre a percepção dos contadores e agentes públicos quanto à adesão do relato integrado no setor público brasileiro: uma análise à luz da teoria institucional*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/45375>.

Caruana, J., & Grech, I. (2019). Tweaking public sector reporting with integrated reporting (IR) concepts. *Public Money & Management*, 39(6), 409-417. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1583911>

Cerbone, D., & Maroun, W. (2020). Materiality in an integrated reporting setting: Insights using an institutional logics framework. *The British Accounting Review*, 52(3), 100876. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.100876>

Chaidali, P. P., & Jones, M. J. (2017). It's a matter of trust: Exploring the perceptions of Integrated Reporting preparers. *Critical Perspectives on Accounting*, 48, 1-20. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.08.001>

CIPFA - The Chartered Institute of Public Finance & Accountancy. (2017). *Integrated thinking and reporting. Focusing on value creation in the public sector: An introduction for leaders*. Recuperado em 18 abril, 2023, de https://www.cipfa.org/-/media/files/cipfa-thinks/reports/focusing_on_value_creation_integrated_reporting.pdf

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

CIPFA - The Chartered Institute of Public Finance & Accountancy. (2022). *Exposure Draft ED/2022/S1: General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information. Response to ISSB*. Recuperado em 21 abril, 2023, de <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/general-sustainability-related-disclosures/exposure-draft-comment-letters/c/cipfa-f96d183f-650e-4be9-a290-4cc22f5a56dd/cipfa-exposure-draft-ed.2022.s1-response-final.pdf>

De Villiers, C., Hsiao, P. C. K., & Maroun, W. (2017). Developing a conceptual model of influences around integrated reporting, new insights and directions for future research. *Meditari Accountancy Research*, 24, 450-460. DOI: <https://doi.org/10.1108/medar-07-2017-0183>

De Villiers, C., & Sharma, U. (2020). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, 101999. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.003>

De Villiers, C., & Hsiao, P. C. K. Integrated Reporting. In: De Villiers, C. & Maroun, W. (2017). *Sustainability accounting and integrated reporting*. Abingdon: Routledge, p. 13-24. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315108032>

Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting forum*, 40(3), p. 166-185. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>

EUROSAI - European Organisation of Supreme Audit Institutions. *Integrated Reporting in the European Public Sector: It's time to act!*. (2021). Recuperado em 21 abril, 2023, de <https://www.euro sai.org/handle404?exporturi=/export/sites/euro sai/.content/documents/news/Final-report-Integrated-reporting.pdf>

Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & de Villiers, C. (2019). The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise. *Meditari Accountancy Research*, 27(4), p. 556-579. DOI: <https://doi.org/10.1108/medar-01-2019-0436>

Favato, K. J., Neumann, M., & Sanches, S. L. R. (2020). O percurso do contrato de legitimação para o desenvolvimento sustentável: análise dos temas atrelados no relato integrado do BNDES. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(3), 52-73.

Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>

Freitas, B. F. G. D., & Freire, F. D. S. (2017). Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1), 77-92. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13399

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

Galvão, L., Souza, F. M., Meurer, A. M. & Machado, M. (2022). Relato Integrado e Pensamento Integrado nas Estatais Estaduais Brasileiras. *Revista FSA*, 19(10), p. 212-234, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.10.11>

García-Sánchez, I. M., Martínez-Ferrero, J., & Garcia-Benau, M. A. (2019). Integrated reporting: The mediating role of the board of directors and investor protection on managerial discretion in munificent environments. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(1), 29-45. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1655>

Gerwanski, J., Kordsachia, O., & Velte, P. (2019). Determinants of materiality disclosure quality in integrated reporting: Empirical evidence from an international setting. *Business Strategy and the Environment*, 28(5), 750-770. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.2278>

Gonçalves, H. S., Anjos, L. C. M., & Freitas, M. A. L. (2019). Relato integrado e desempenho financeiro das empresas listadas na B3. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(2), 345-362. DOI: <https://doi.org/10.18593/race.19954>

Guerra, J. B. S. O., Dutra, L., Schwinden, N. B. C., & Andrade, S. F. (2015). Future scenarios and trends in energy generation in Brazil: supply and demand and mitigation forecasts. *Journal of Cleaner Production*, 103, 197-210. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.082>

Hughes, S. B., Anderson, A., & Golden, S. (2001). Corporate environmental disclosures: are they useful in determining environmental performance?. *Journal of accounting and public policy*, 20(3), 217-240. DOI: [https://doi.org/10.1016/s0278-4254\(01\)00031-x](https://doi.org/10.1016/s0278-4254(01)00031-x)

IFRS – International Financial Reporting Standards Board. (2021). *IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, consolidation with CDSB and VRF, and publication of prototype disclosure requirements*. Recuperado em 20 novembro, 2021, de <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2021/11/ifrs-foundation-announces-issb-consolidation-with-cdsb-vrf-publication-of-prototypes/>

IFRS - International Financial Reporting Standards Board. (2022). *The Transition to integrated thinking: a guide to getting started is now available*. Recuperado em 17 abril, 2023, de <https://www.integratedreporting.org/news/the-transition-to-integrated-thinking-a-guide-to-getting-started-is-now-available/>.

IFRS - International Financial Reporting Standards Board. (2023). *About us*. Recuperado em 11 abril, 2023, de <https://www.integratedreporting.org/the-iirc-2/>.

IIRC – International Integrated Reporting Council. (2013). *The International Integrated Reporting Framework*. Recuperado em 11 abril, 2023, de <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>

IIRC – International Integrated Reporting Council. (2014). *Pilot Programme Business Network*. Recuperado em 22 fevereiro, 2022, de <https://integratedreporting.org/wp->

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

[content/uploads/2014/03/IIRC-Pilot-Program-Business-Network-background-americas-march-2014.pdf](#).

INB - Indústrias Nucleares Do Brasil. *Relatos Integrados dos anos 2018, 2019 e 2020*. Recuperado em 23 janeiro, 2022, de <http://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Informacoes-Financeiras/Relatorio-Anual-da-Administracao-Relato-Integrado-e-Demonstracoes-Financeiras>

Ingley, C., Singh, S., & Malkani, A. (2020). Teasing out fieldwork challenges with e-mail methods in cross-border research. *Qualitative Research in Organizations and Management*, 15(3), pp. 402-418. DOI: <https://doi.org/10.1108/QROM-02-2017-1490>

Kiliç, M., Uyar, A., Kuzey, C., & Karaman, A. S. (2020). Does institutional theory explain integrated reporting adoption of Fortune 500 companies?. *Journal of Applied Accounting Research*, 22, 114-137. DOI: <https://doi.org/10.1108/jaar-04-2020-0068>

Lima, M. A., Mendes, L. F. R., Mothé, G. A., Linhares, F. G., Castro, M. P. P., Silva, M. G., & Sthel, M. S. (2020). Renewable energy in reducing greenhouse gas emissions: Reaching the goals of the Paris agreement in Brazil. *Environmental Development*, 33, 100504. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2020.100504>

Maciel, P. A., & Cintra, Y. C. (2015). *De único a integrado: a história recente da evolução dos relatos corporativos*. Centre for Social and Environmental Accounting Research, Bahia, UFBA, 2015.

Manes-Rossi, F. (2018). Is integrated reporting a new challenge for public sector entities?. *African Journal of Business Management*, 12(7), 172-187. DOI: <https://doi.org/10.5897/ajbm2018.8498>

Meho, L.I. (2006), E-mail interviewing in qualitative research: A methodological discussion. *J. Am. Soc. Inf. Sci.*, 57: 1284-1295. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.20416>

Melloni, G., Caglio, A., & Perego, P. (2017). Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports. *Journal of Accounting and Public Policy*, 36(3), 220-238. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2861056>

Montecalvo, M., Farneti, F., & De Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*, 38(5), 365-374. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1477675>

Moreira, R. P., Tatei, T. Y., Araujo, D. G., Ayoub, J. M. S., Seneda, J. A., Duque, M. A., & Oliveira, I. C. (2019). *Prospects for nuclear energy in Brazil*. Brazil: ABEN. Recuperado em 09 novembro, 2022, de https://inis.iaea.org/search/search.aspx?orig_q=RN:34083862

Nicolo, G., Zanellato, G., Manes-Rossi, F., & Tiron-Tudor, A. (2021). Corporate reporting metamorphosis: Empirical findings from state-owned enterprises. *Public Money & Management*, 41(2), 138-147. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1719633>

- Oprisor, T., Tiron-Tudor, A., & Nistor, C. S. (2016). The integrated reporting system: A new accountability enhancement tool for public sector entities. *The Audit Financiar Journal*, 14(139), 747-747. DOI: <https://doi.org/10.20869/auditf/2016/139/747>
- Peixoto, N. O., & Martins, V. F. (2015). Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras. *RAGC*, 3(7), 23-36. Recuperado em 09 novembro, 2022, de <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/599>
- Reja, U., Manfreda, K. L., Hlebec, V., & Vehovar, V. (2003). Open-ended vs. close-ended questions in web questionnaires. *Developments in applied statistics*, 19(1), 159-177.
- Ribeiro, C. D. M., Vieira Neto, J. V., Cosenza, J. P., & Zotes, L. P. (2020). Evidenciação da responsabilidade social corporativa nos estudos sobre relato integrado: uma revisão estruturada da literatura. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 53, 107-132. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v53i0.68391>
- Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v11i1.1233>
- Roychowdhury, S., Shroff, N., & Verdi, R. S. (2019). The effects of financial reporting and disclosure on corporate investment: A review. *Journal of Accounting and Economics*, 68(2-3), 101246. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3364582>
- Sanches, S. L. R., Favato, K. J., Slewinski, E., & Neumann, M. (2020). Sensemaking dos atores de uma instituição financeira na adoção e elaboração do Relato Integrado. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22, 628-646. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i3.4067>
- Sato, S. C. C., & Ferreira, D. M. (2021). Relate ou Explique para os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: Comportamento e Motivos Apresentados pelas Empresas. *Sustainable Business International Journal*, 1(93), 1-30. Recuperado em 09 novembro, 2022, de <https://periodicos.uff.br/sbijournal/article/view/45499/28286>
- Silva, N. A. M. (2023). *Plano de fundo para o Relato Integrado: O caso da Universidade Federal de Santa Maria*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Recuperado de <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28421>
- Souza, F. M., & Panhoca, L. (2021). O discurso de sustentabilidade e a pesquisa acadêmica sobre o relato integrado (IR) no setor público. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 13(3), 166-184. DOI: <https://doi.org/10.14392/asaa.2020130309>
- Teixeira, A. C., Rech, I. J., Zanolla, E., & Couto, M. H. (2021). Nível da divulgação das informações não financeiras das empresas brasileiras participantes do projeto piloto de relato

Thais de Souza Faria, Rafael Henrique Pires dos Santos Canedo, Mariana Pereira Bonfim, Mariana Azevedo Alves e José Mauro Madeiros Velôso Soares

integrado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(46), 16-31. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e62657>

Vitolla, F., Raimo, N., & De Nuccio, E. (2018). Integrated reporting: Development and state of art — The Italian case in the international context. *International Journal of Business and Management*, 13(11), 233-240. DOI: <https://doi.org/10.5539/ijbm.v13n11p233>

Vitolla, F., Raimo, N., & Rubino, M. (2019). Appreciations, criticisms, determinants, and effects of integrated reporting: A systematic literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(2), 518-528. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1734>

VRF - Value Reporting Foundation. *International <IR> Framework*. (2021). Recuperado em 06 fevereiro, 2022, de <https://www.integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>